

## ESCOLA SECUNDÁRIA DOM MANUEL MARTINS – CONSELHO GERAL

### TOMADA DE POSIÇÃO

De acordo com espírito humanista do patrono da nossa comunidade escolar, era impossível aos conselheiros/as ficarem indiferentes perante a situação que se verifica na escola pública.

A degradação do serviço prestado é visível e notória, não sendo maior devido à ação dos agentes educativos que, mesmo com graves lacunas a vários níveis, procuram oferecer o que de melhor têm.

Na nossa sociedade é imperativo que a escola seja um exemplo da ação e possa fazer funcionar o elevador social, levando os/as nossos/as alunos/as a romper o ciclo da pobreza, ambicionado viver em melhores condições que a geração que os antecede, simultaneamente desenvolvendo a criatividade e ações que sejam consentâneas com a sustentabilidade.

Os elementos deste conselho manifestam o seu repúdio pelo impedimento de usar do direito constitucional de greve devido ao decretar de serviços mínimos impostos pelo Ministério da Educação, o que constitui um retrocesso no processo democrático do nosso país.

Assim no nosso entender são prementes soluções a nível nacional para os seguintes pontos:

- ✓ A escassez de assistentes operacionais;
- ✓ A escassez de técnicos especializados para apoiar os/as alunos/as nas suas múltiplas dificuldades que resultam do meio social em que se inserem.
- ✓ O carácter temporário da presença, dos poucos, técnicos.
- ✓ A escola inclusiva é uma das áreas que mais necessita destas valências para se efetivar.
- ✓ A escassez de meios informáticos (rede e funcionamento da Internet) e dos técnicos para realizar a necessária manutenção de um parque informático arcaico.

Na nossa comunidade é mais importante:

- ✓ O edifício escolar necessita de uma pintura interior, uma escola cuidada inspira a cuidar.
- ✓ Um pavilhão desportivo.

Os docentes presentes no Conselho Geral consideram ser necessário:

- ✓ A promoção de uma escolaridade que desenvolva as melhores capacidades dos/as alunos/as.
- ✓ A revisão da carreira docente, permitindo fixar e atrair mais professores.
- ✓ A revisão do sistema de concursos para fixar docentes e técnicos especializados.
- ✓ A eliminação dos obstáculos à progressão nas carreiras de docentes e não docentes.
- ✓ A contagem integral do tempo de serviço prestado.
- ✓ A correção das ultrapassagens que se verificaram na carreira.
- ✓ A redução da carga burocrática.
- ✓ Aumento do número de técnicos e alteração do rácio de alunos por técnico como forma de fazer face ao aumento das questões do foro emocional e de saúde mental.
- ✓ Melhorias significativas no acesso à Internet que permitam a adoção de estratégias inovadoras e que possam capacitar os/as alunos/as para o futuro que se prevê como sendo progressivamente mais tecnológico e de constantes mudanças.

Os não docentes presentes no conselho geral consideram ser necessário:

- ✓ A promoção de uma escolaridade que desenvolva as melhores capacidades dos/as alunos/as.
- ✓ Alteração do rácio e não contabilização dos assistentes que se encontram ausentes por doença.
- ✓ A revisão da carreira do pessoal não docente.
- ✓ A valorização do tempo de serviço.
- ✓ Extinção do Siadap e substituição por um sistema de avaliação mais justo.

Os encarregados de educação e os alunos:

- ✓ A redução do número de alunos por turma.
- ✓ Aulas de apoio.
- ✓ Professores colocados atempadamente.
- ✓ Mais atividades desportivas e artísticas nas escolas.

As autarquias presentes:

- ✓ O aumento das verbas consagradas pelo Ministério da Educação às autarquias para cumprir as competências transferidas.
- ✓ Cumprimento dos prazos nas transferências das mesmas verbas.

Os/as conselheiros/as mostram-se solidários com os profissionais de educação e as suas ações em prol de uma escola pública de qualidade e na promoção de uma cidadania ativa.

A presente tomada de posição, aprovada por unanimidade, deve ser enviada a todas as entidades com responsabilidades na área da educação.

Setúbal, 30 de Março 2023

A Presidente do Conselho Geral

Ana Santos